

ARQUEOLOGIA INDÍGENA E OS OBJETOS DO PENSAR

INDIGENOUS ARCHAEOLOGY AND THE OBJECTS OF THOUGHT

Juliana Salles Machado

Pos-Doc FAPESP LINTT/Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo

In: ANAIS da IV Semana de Arqueologia, MAE/USP, Revista de Arqueologia do MAE/USP, Suplemento, 2016. *(no prelo)*

Resumo: A pergunta “a quem interessa o passado?” realizada há alguns anos nos incitou a repensar que o conhecimento produzido sobre o passado era compartilhado para além dos muros científicos, incitando a inclusão de vozes, por vezes dissonantes, sobre o que durante muito tempo chamamos de “nosso” problema de pesquisa. Contudo, ao descentralizarmos os lugares de fala, também escapa-nos a decisão sobre os objetos de pesquisa, suportes preferenciais de nosso pensar. Pretendo tratar da minha experiência recente de compartilhamento de interesse sobre o passado entre os Laklãnõ (Xokleng) no estado de Santa Catarina. Ao longo do artigo, trarei exemplos das múltiplas ações e esferas nas quais esta busca contemporânea do passado pelos Laklãnõ (Xokleng) tem se manifestado e afinal, como esta arqueologia no presente pode permear-se por novos nexos e assim engajar neste processo social.

Palavras-chaves: Laklãnõ (Xokleng), multivocalidade, arqueologia colaborativa, arqueologia do presente

Abstract: The question of “to whom interests the past?” has led us to think about that knowledge produced about the past was shared beyond scientific boundaries, urging us to include new voices, sometimes dissonant ones, about what for a long time was claimed as “our” problem of research. However, while we decentralize our places of speech, we also lose the exclusive decision making over our research objects, preferential support of our thought. I intend to deal with my recent experience of sharing of interests about the past among the Laklãnõ (Xokleng), Indigenous people of Southern Brazil. Through this article, I will discuss three examples of the multiple actions and spheres in which this contemporary search for the past by the Laklãnõ

(Xokleng) has been manifested and finally, how this archaeology of the present could be permeated by new nexus and thus engage within this social process.

Key-words: Laklãnõ (Xokleng), multivocality, collaborative archaeology, archaeology of the present

Introdução

Gostaria de começar este artigo com um pequeno trecho de um autor indiano que venho devagarzinho digerindo e cujas ideias me parecem provocativas para a discussão atual do que *pode ser* uma arqueologia *com* os indígenas.

“Existem, é verdade, apelos fortes por histórias alternativas (...), mas não por alternativas à história. É como se não houvesse passado independente da história, e caso haja, estaria “à espera para ser refeito como história” (Nandy 2012: 93-94 Apud Velho 2013)”

Este autor me provoca pois desperta uma profunda inquietação sobre nossa construção do passado. Seus questionamentos nos levam à refletir sobre a arqueologia como uma prática colonialista da qual tentamos de certa forma nos “purificar” na busca de inversões simétricas, inclusivas, éticas, enfim descolonizantes. No entanto, a visão sobre história que este autor nos apresenta vai além, propondo que a própria empreitada do conceito histórico pode ser entendida como destrutiva, imposta, enfim colonizadora. Os trabalhos que se voltaram para a história indígena e a etnohistória tem nos mostrado exemplos das distintas noções de historicidade e temporalidade das populações ameríndias, desde trabalhos bem difundidos como os de Sahlins (1986, 1987), até a coletânea “Pacificando o Branco” de Bruce Albert e Alcida Ramos (2002), além dos trabalhos de Aparecida Vilaça (2006), Peter Gow (2001) e Santos Granero (2007) entre vários outros autores que se debruçaram sobre este tema. No entanto, estes autores, em grande parte, estavam buscando compreender, ou traduzir, diferentes perspectivas sobre como os indígenas compreenderam o encontro com os “brancos”, como estes primeiros encontros foram apreendidos dentro de um contexto temporal e um repertório sócio-cultural específico. Alguns destes autores focaram nas visões nativas sobre o tempo e suas formas de historicidade específicas Gow 2001, Santos Granero 2007). Mas além da compreensão nativa sobre estes primeiros encontros, outro desafio ainda nos resta:

afinal, em um contexto contemporâneo onde as fronteiras entre local-global são fluídas, onde os indígenas assumem pesquisas em centros universitários, onde cada vez mais a suposta “objetividade” científica é questionada e se amplia o impulso à incorporação de múltiplas formas de produzir conhecimento – como, dentro de uma perspectiva colaborativa de pesquisa, pensar conjuntamente o que conhecemos destas distintas formas de compreensão do tempo e da história com o conhecimento que tentamos produzir sobre o passado dentro de uma perspectiva da história indígena de longa duração?

Não há uma saída única para esta questão. Como nas formas de compreender os primeiros encontros, creio que os caminhos terão que ser particulares, dependentes das situações vividas pelas diferentes populações humanas com as quais os pesquisadores trabalham, assim como decorrentes da própria relação entre o pesquisador e as populações. Neste artigo, busco encontrar um caminho para refletir, mesmo que ainda exploratoriamente, sobre estas questões na minha experiência entre Os Laklãnõ Xokleng. Gostaria de colocar alguns tópicos para pensar este novo/velho problema:

Primeiro pensar: “a quem interessa o passado?”

Pelo menos desde a década de 1990 nos questionamos sobre a “não primazia da interpretação científica em detrimento das interpretações êmicas sobre o passado”, como colocado por Silva (2014). Esta questão permitiu que o conhecimento produzido anteriormente quase que exclusivamente por arqueólogos e historiadores sobre o passado fosse compartilhado para além dos muros científicos, incitando a inclusão de vozes, por vezes dissonantes, sobre o que durante muito tempo chamamos de “nosso” problema de pesquisa. Como nos chama atenção Meskell: “arqueólogos não tem mais a licença para “contar” sobre o passado das outras pessoas ou de projetar sobre maneiras “corretas” de proteger ou usufruir o patrimônio” (Meskell 2009). Mas esta busca pela diversidade também levou a um ceticismo sobre o quão simétrica ela seria, como nos chamou atenção Gonzalez-Ruibal (2009) que se colocava suspeito “de uma arqueologia que prega verbalmente um multiculturalismo e uma multivocalidade, que chama atenção as ditas “comunidades locais”, mas nas quais “as suas próprias agendas e preocupações são postas de maneira secundária as ambições acadêmicas de pesquisa” (Meskell 2009). Meskell chama atenção que a equação que nos parece positiva de

inclusão democrática e igualdade, efetivamente bloqueia a preservação da diferenciação cultural e segundo a autora “a partir do ponto de vista das comunidades, os arqueólogos deveriam prestar menos atenção em historizar o passado e mais na historização dos direitos indígenas”. Crítica que tem sido frequente em diversos contextos nacionais nos quais a arqueologia dialoga com populações indígenas, e certamente tem ressonância com os interesses dos Laklãnõ Xokleng, com o qual eu venho trabalhando há alguns anos. Michael Heckenberger (2008 e Fausto e Heckenberger 2011) há pelo menos 14 anos já chamava atenção para este tema: “if the Ágora has become the space in which science meets and interacts with many more agents, where institutions overlap and interact, and where interests, values, and actual decisions to be taken are discussed, negotiated, fought over, and somehow settled, then the self organizing capacity of all participants needs to be enhanced” (Nowotny et al. 2001:260 apud Heckenberger 2008:247). A questão ora colocada, especialmente no contexto das populações indígenas brasileiras, passa a ser como dar autonomia para que estes coletivos possam decidir sobre como gerenciar o seu passado, tendo em vista o conflito de formas de compreender a história e o tempo entre visões acadêmicas mais comumente praticadas na arqueologia. Como dar autonomia para uma gestão de seu próprio patrimônio arqueológico se a construção do conceito de patrimônio, as políticas de preservação e gestão são exclusivamente “brancas” e cientificistas?

Passamos assim para o segundo tópico do pensar: aquele que versa sobre a pluralidade de experiências e formas de produção do conhecimento e sua relação com o passado.

Segundo tópico para pensar.

Se buscamos ser sensíveis à formas distintas de compreensão do tempo, se buscamos dar autonomia para as populações nativas, então fica evidente a necessidade de abandonarmos formas e abordagens, principalmente metodológicas, que vínhamos utilizando na prática arqueológica à priori. Passamos a buscar formas mais participativas e inclusivas para a realização das pesquisas arqueológicas, até as chamadas colaborativas, que incluem os coletivos não-acadêmicos nas tomadas de decisão da pesquisa, desde seus objetivos, a metodologia empregada até as expectativas acerca dos resultados esperados. Tal compartilhamento de decisões sobre diversas

esferas da pesquisa baseia-se em uma busca por um ideal de simetria entre a ciência e a sociedade como um todo ou, mais especificamente, entre o conhecimento produzido pelos pesquisadores (indígenas e não-indígenas) e os chamados saberes locais. Mas esta mudança está atrelada a uma série de consequências concernentes à metodologias de pesquisa, que, como sugeriu Meskell (2009), “se expandiram e foram re-imaginadas” “extrapolando o sítio e “borrando as divisas disciplinares”. Para esta autora “muitas vezes o trabalho é focado na materialidade do passado, mas de maneira mais geral estes trabalhos tem uma ênfase contemporânea e estão preocupados em decifrar as micro-políticas da prática arqueológica, os efeitos do patrimônio numa escala internacional, as redes conectadas de turismo global, desenvolvimento, agencias de patrimônio e organizações não-governamentais”.

Mas não nos enganemos com o que é colaboração. Trata-se, como já chamava atenção Michael Heckenberger (2008), de um “continuum de participação, caracterizado por arenas complexas e dinâmicas da produção, transmissão, tradução e aplicação do conhecimento” na qual incluem aspectos não-participativos (“de interesse primário do pesquisador ou das comunidades locais”) e aspectos participativos (“introducido ou aprendido pelo pesquisador ou membros da comunidade no contexto da pesquisa e potencialmente consumido e cooptado de modo competitivo e diversos pelos grupos participantes”) e ainda parcelas totalmente colaborativas, na qual o conhecimento é co-produzido. Mas convém lembrar que, como Heckenberger (2008) já ressaltava: “o público para quem se fala não é indígena, e sim acadêmico” – em sua experiência entre os Kuikuro ele chama atenção: “o que eu tenho a oferecer não é o quanto eu sei sobre a história deles, mas o quanto eles se tornaram fluentes sobre nós”.

A importância de lembrar todos estes aspectos é que, se levamos a sério a co-produção, não nos iludindo sobre a assimetria e possibilidades de responsabilidades, tomadas de decisão, beneficiários, entre outros aspectos, enfim, se buscarmos descentralizar os lugares de fala, também escapa-nos a decisão sobre os objetos de pesquisa, suportes preferenciais de nosso pensar.

Minha experiência entre os Laklãnõ (Xokleng) da Terra Indígena Ibirama em Santa Catarina, tem me trazido uma série de questionamentos, tais como “o que eu estou realmente fazendo aqui?”, ou até se “isto ainda é arqueologia?”. Minha pesquisa surgiu de uma demanda desta população indígena por um estudo arqueológico em sua terra.

Seus principais interesses com a implementação da pesquisa estavam relacionados às questões como: possibilidade de inserção dos resultados da pesquisa arqueológica como um dos elementos para fortalecer o pedido de ampliação de suas terras; ao conhecimento e valorização cultural de seu povo perante à sociedade, no bojo de uma retomada de sua história como parte integrante de um movimento cultural mais amplo, além da inclusão dos resultados da pesquisa nos conteúdos pedagógicos voltados à educação escolar indígena. Com interesses bastante diversos entre eles e entre eles e eu, buscamos traçar conjuntamente temas abrangentes que pudessem abarcar esta diversidade de esferas, entre as demandas da comunidade, da escola e da universidade. O eixo temático do território, da territorialidade e da memória foi então um ponto de conexão de nossa reflexão (Machado 2012). A partir de então, com o desenrolar da pesquisa, sobrepuseram-se abordagens multi-disciplinares entre levantamentos de sítios arqueológicos, etnoarqueologia sobre os lugares persistentes ou significativos, o que poderíamos chamar de uma etnohistória sobre o chamado “tempo do mato” (nome utilizado por eles para designar o período histórico anterior ao contato oficial com o SPI), levantamentos etnobotânicos, e a inclusão de práticas como oficinas audiovisuais, rodas de conversa, visita a acervos, entre outros. As abordagens que foram sendo implementadas em decorrência desta co-produção da pesquisa, a riqueza de dados e o envolvimento da comunidade e pesquisadores indígenas, me fez parar de buscar entender a qual caixinha o que eu estou fazendo se encaixa, ou se encaixa em alguma afinal. Os resultados da pesquisa me levaram por outro lado, a buscar compreender, o que é que eles, os Laklãnõ Xokleng, queriam de mim e o que nos conduzia conjuntamente para um pensar compartilhado. Minha, ainda pequena, conclusão é versa sobre as múltiplas facetas do conceito de “passado no presente”, a relação, o nexos, desta costura temporal e sua importância para o futuro desta população indígena. Novamente retomo Meskell para um diálogo, para ela “o passado interessa ao presente e seu resíduo material é cada vez mais crucial para imaginar futuros possíveis, particularmente por desenvolver trajetórias de benefícios baseadas em potenciais econômicos, políticos e sociais embuídos de sítios e objetos arqueológicos valorados.(Meskell 2009)”.

O porque os indígenas estão interessados no passado e como estão construindo isto em um discurso contemporâneo para o futuro vai depender de cada contexto, mas é importante ressaltar que na maioria dos casos, como no caso dos Laklãnõ Xokleng, trata-se de uma motivação multifacetada entre um movimento social/cultural fortemente

político, distinto de uma produção “em nome da ciência” – como já nos indicava Micah Loma’omvaya, Bear Clan, Songdopavi, a partir da pesquisa arqueológica realizada por Ferguson (2006): “our interpretations are based on experience, not hypotheses, like archaeologists. That’s why this continuity is so important to us. To us it reaffirms ties to the land – it’s one element of our identity, who we are. It opens other people’s eyes. It’s concrete evidence for outsiders to share our knowledge of the past. There’s much to share, but we want to participate in this process and not just do it in the name of Science” (Ferguson 2006: 249)

Há portanto um compartilhamento de interesses sobre o passado entre arqueólogos e populações indígenas, como entre eu e os Laklãnõ (Xokleng), mas este compartilhamento deve ser entendido a partir da ideia de um “engajamento multi-escalar” (Meskell 2009), pautado nas “lutas atuais nas quais o passado arqueológico é trazido para as lutas contemporâneas por reconhecimento e auto-determinação” (Meskell 2009). Meskell já chamava atenção para o fato de que os “arqueólogos não são os gestores primordiais ou árbitros da cultura e que nós não podemos sempre construir resultados mutualmente conciliáveis sobre questões de patrimônio” (Meskell 2009).

Terceiro pensar

Chegamos ao terceiro tópico do pensar: quais são os suportes para esta nova busca do passado para eles e como eu, como arqueóloga, atuo neste processo?

O entrelaçamento entre a Terra (a Terra Indígena atualmente demarcada), o Território (chamado de Território Tradicional, isto é o território ancestral, conhecido desde os antigos), os direitos indígenas originários (garantidos pela constituição) e as distintas percepções da temporalidade (no caso ocidental o que chamamos de História): estes são os eixos que articulam nossos interesses comuns.

Na sua busca pelo passado entre os Laklãnõ (Xokleng), há uma diversidade de atores envolvidos:

- do lado da academia: pesquisadores de diversas áreas – antropologia, arqueologia, etnobotânica, história indígena, gestão ambiental e instituições, como UFSC, USP, UDESC, entre outras;

- do lado dos indigenistas: CIMI, ONG's, FUNAI, Museu do Índio, departamentos estaduais em prol da educação, saúde, entre outros;

- do lado dos Laklãnõ (Xokleng): este foi o maior desafio, perceber a heterogeneidade de discursos e expectativas sobre o mesmo tema dentro da TI – em síntese os coletivos que pude reconhecer e dialogar até o momento ao longo da pesquisa: pesquisadores indígenas; comunidade das escolas indígenas e casas de cultura da TI; grupo de mulheres, os chamados sábios e um coletivo de artesãos.

Falarei um pouco mais sobre cada um destes agrupamentos para refletir como eles dialogaram e modificaram a pesquisa arqueológica para de alguma maneira serem parte dela.

- pesquisadores indígenas

Os pesquisadores indígenas Laklãnõ Xokleng são um grupo que tiveram formação superior em diversos cursos e universidades. São em número bastante reduzido, sendo que apenas um deles, Namblá Gakran (2005), possui mestrado e doutorado em Linguística. O número de universitários indígenas aumentou consideravelmente há cinco anos atrás com o ingresso de 30 indígenas no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do sul da Mata Atlântica: Xokleng, Kaingang e Guarani da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis (Machado 2015). Participei como professora, colaboradora e orientadora dos alunos Laklãnõ Xokleng da licenciatura indígena da UFSC e tanto meus orientandos (5) que se apropriaram de maneira mais intensa de meu interesse sobre a narrativa arqueológica, sobre a materialidade, sobre a tecnologia, entre outros aspectos (Tchucambang 2015, Priprá 2015, Criri 2015, Fonseca 2015, Crendo 2015) , quanto outros pesquisadores para os quais pude dar aulas, acompanhar as pesquisas e trabalhos, incluindo os Trabalhos de Conclusão de Curso – todos apresentavam suas pesquisas a partir do lugar da fala da comunidade, do povo e não em nome da “ciência”.

Em geral, dentre os alunos da licenciatura indígena, pude perceber que, para muitos, a academia era entendida como um espaço para compreender as ferramentas de criação dos discursos que dão legitimidade a contínua opressão e marginalização sofrida pelo seu povo. No entanto, dentre nossas discussões a questão que sempre se punha era – como reverter este processo? A resposta, parecia caminhar para a possibilidade de

assumir o controle ou a participação de esferas decisórias sobre sua autonomia em esferas diversas, sobre seu território, sobre sua educação, saúde, e, de maneira mais geral, sobre sua identidade. A Arqueologia parece entrar neste complexo processo como uma ferramenta para os “brancos” (isto é, para os não indígenas”) em prol de direitos do povo.

- escola indígena e casas de cultura

Muitos dos alunos Laklãnõ Xokleng da licenciatura indígena e de outras universidades e cursos de ensino superior, tinham atuações como professores das duas escolas indígenas presentes na TI, no entanto, nem todos os professores das escolas indígenas tiveram acesso ao ensino superior. Além dos professores das escolas indígenas, as escolas indígenas envolvem os funcionários (secretários, diretores, merendeiras, pessoal da manutenção, entre outros direta ou indiretamente atuantes na escola), alunos e famílias dos alunos que de maneira distinta participam das atividades da escola. Distinto dos pesquisadores indígenas, aqui encontrei um coletivo menos focado na pesquisa em si, menos preocupado sobre questões de sua “memória” ou sobre o que é “tradicional”. O que pude observar foram pessoas mais interessadas em utilizar a arqueologia como uma possibilidade de produção e inserção de um conteúdo cultural específico em seu currículo escolar diferenciado ainda em formação. Assim, para este coletivo a pesquisa arqueológica colaborativa poderia ser mais um espaço para trabalhar em prol de uma contínua indigenização da escola indígena, que, apesar de suas grandes conquistas em termos de transformação, ainda segue um modelo estatal colonizador “branco” tanto em termos de estrutura de ensino-aprendizagem, quanto no conteúdo ensinado. A pesquisa (etno) arqueológica apresentou-se para esta esfera da sociedade indígena como um espaço de valorização de sua cultura. Seja através da ênfase nos processos tecnológicos de produção de objetos considerados “da cultura” por eles, na valorização de suas práticas cotidianas com relação a terra, ao manejo e a explicitação desta relação no fortalecimento do vínculo de territorialidade, legitimando assim sua terra.

A pesquisa arqueológica (sua prática e resultados) praticada de forma colaborativa, foi entendida entre esferas destes coletivos indígenas como positiva, já que podia ser incorporada dentro de um movimento atual de criação de um conteúdo cultural especificamente indígena (criado e apropriado culturalmente pelos indígenas),

ao mesmo tempo em que era reconhecido dentro de uma produção de conhecimento nacional mais amplo. Como a estrutura curricular das escolas indígenas está atrelada às grades curriculares nacionais, o conteúdo, em geral, ainda é orientado por problemáticas ocidentais que pouco se relacionam com o conhecimento indígena. Desde 2015 (no caso dos Laklãnõ (Xokleng)) uma ação do MEC vem buscando promover encontros e oficinas para a produção de materiais didáticos com conteúdos culturais específicos, no entanto, o projeto ainda está em andamento e apenas lentamente vemos uma mudança nas escolas e principalmente na aceitação das secretarias municipais e estaduais de ensino. Neste contexto, a arqueologia entra como mais uma ferramenta de flexibilização da escola indígena, criando possibilidades que permitam aos alunos e professores (ambos indígenas) se apropriar do conteúdo usualmente ensinado nas escolas e em muitos casos, pode oferecer a possibilidade de tirar os alunos das quatro paredes da escola, visitando os recursos no território, visitando antigas aldeias e de certa forma re-apropriando-se do território.

- das mulheres, sábios e artesãs

Neste momento, me refiro não a *um* coletivo, mas a diversos coletivos menores, como o grupo de mulheres Laklãnõ Xokleng que recentemente vem se organizando em um movimento político específico, ao conjunto de mulheres artesãs que junto com um número ainda menor de homens artesãos, formaram uma associação para a produção e venda de artesanato indígena, e um grupo ainda menor, de “velhos” e lideranças, reconhecidos pelos Laklãnõ (Xokeng) como sábios. Este último grupo se distancia da produção acadêmica e escolar, não é alfabetizado e em geral não se sente representado pelas pesquisas realizadas pelos “brancos”, especialmente as pesquisas de cunho acadêmico. De forma distintas, estas esferas da população indígena, formam coletivos de grupo de trabalho e contação de histórias, além da organização de pequenas festas e eventos. No caso do grupo de sábios, estes participam das decisões políticas da população como um todo, e, mais recentemente, vem sendo chamados para participar dos trabalhos realizados pelos pesquisadores indígenas e tem atuado intensamente nas ações do grupo Ações Indígenas na Escola (MEC/UFSC). De maneiras distintas, estes coletivos viram na arqueologia praticada de forma colaborativa uma possibilidade de diálogo. Tal aproximação a meu ver é decorrente de um interesse compartilhado na produção de objetos, na transmissão de conhecimento sobre a coleta, processamento, produção, uso e descarte de objetos. Estas várias formas de saber-fazer representa para

estes coletivos a sua forma própria de conhecimento. Este vasto campo do saber é chamado por eles como as “coisas de índio” ou os “meus trabalhos” e descortina um palimpsesto de afetos e saberes relacionados à sua memória, ao seu passado, enfim, à sua identidade. Distinto dos discursos falados e das narrativas repetidas vezes contadas, transmitidas oralmente para a satisfação da grande maioria dos pesquisadores “brancos” interessados na sua cultura, o interesse partilhado entre os arqueólogos e estas esferas da população Laklãnõ (Xokleng) recai sobre o gesto do corpo ao fazer “seus trabalhos”, recai sobre as amarrações, as matérias-primas, sobre as formas de aprender e mudar formas, técnicas, entre outros saberes desse fazer dos objetos. Para uma esfera não letrada desta população, a produção de objetos e seu conhecimento, é a sua forma própria de saber e o compartilhamento deste conhecimento é sentido como uma forma de reconhecimento de seu trabalho e sabedoria.

- Os coletivos indígenas e seus desdobramentos para a prática da pesquisa arqueológica

Através do diálogo com estes coletivos, as ações da pesquisa se ampliaram, e além das usuais fontes de arquivo etnohistórico, do mapeamento de lugares, sítios arqueológicos e caminhos significativos, agregaram-se outros suportes. Tratarei brevemente de alguns exemplos para pensar como a prática colaborativa da pesquisa arqueológica gerou novos métodos e espaços de conhecimento e interlocução sobre o passado indígena. De maneira geral, posso diferenciar três formas de interlocução que apresentam-se particularmente distintas: àquelas relacionadas ao universo letrado, estabelecendo diálogo com o ambiente das escolas indígenas e das universidades; àquelas relacionadas a um universo não-letrado, mais ligada aos coletivos de trabalho da comunidade; e, por fim, os suportes de divulgação e comunicação social mais ampla, que integram tanto as distintas esferas sociais indígenas, quanto estes com a população não-indígena.

Tratarei do primeiro exemplo. Dentre o universo letrado, podemos encontrar duas principais esferas, por um lado relacionadas à universidade, neste caso principalmente a presença dos alunos Laklãnõ Xokleng na Licenciatura Indígena da UFSC, e por outro, a comunidade iagada às escolas indígenas da TI Ibirama. No âmbito da Universidade, os suportes encontrados são bastante diversos, pois passam pela

participação do tema da arqueologia e do patrimônio nas disciplinas oferecidas aos alunos em sala de aula na universidade, a formação de grupos de discussão entre os alunos/pesquisadores indígenas, palestras e orientação de pesquisas entre os alunos, além da participação e diálogo com outros projetos de pesquisa e extensão entre os Laklãnõ Xokleng realizados por professores e pesquisadores da universidade.

Podemos explicitar, no caso desta pesquisa, algumas disciplinas oferecidas no âmbito deste projeto em colaboração com a Licenciatura Indígena da UFSC, como “Introdução ao conhecimento científico” e “Patrimônio Material e Imaterial”, ou ainda a inserção de temas caros à arqueologia em disciplinas como “Território e Territorialidade” e “Gestão Ambiental”. As disciplinas oferecidas ou a participação em disciplinas de outros professores permitiu que temas relacionados à pesquisa arqueológica fossem discutidos pelos alunos/pesquisadores indígenas em sala de aula, quando puderam ler textos de arqueologia, antropologia, história, entre outros, e assim confrontarem os pressupostos teóricos e metodológicos praticados no âmbito acadêmico com sua própria forma de conhecimento sobre o seu passado.

Além das disciplinas, a formação de grupos de discussão entre os alunos/pesquisadores indígenas sobre o projeto foi importante, principalmente no início da pesquisa, para discutir o que a arqueologia propunha para o passado desta população (o problema dos “Jê do sul” ou “Jê Meridionais”), o que eles esperavam desta pesquisa e como eles esperavam participar dela. As discussões sobre as formas de categorização da arqueologia foram especialmente frutíferas, sendo questionada a utilização ampla das categorias linguísticas (principalmente no que se refere à sua proximidade com os Kaingang), a dificuldade dos arqueólogos em perceber diferenças tecnológicas na produção de artefatos, para eles facilmente atribuíveis à cada população. Durante tais discussões, também ficou evidente o interesse dos alunos na participação direta das atividades de pesquisa, se envolvendo nas decisões de objetivos e metodologias, na implementação das atividades práticas de pesquisa, levantamento de sítios arqueológicos e lugares significativos, escavação de sítios arqueológicos, análise dos materiais em laboratório e escrita de artigos.

Com o decorrer da pesquisa este interesse inicial levou à escolha de alguns deles, cinco em particular, a escolherem temas caros à arqueologia como foco de seus trabalhos de conclusão de curso (TCC). Não obstante, além das orientações diretas, em

diversos momentos da pesquisa, os alunos da Licenciatura participaram de atividades em campo, como conversas com os coletivos femininos, visita aos sítios arqueológicos, palestras nas escolas, experimentações de produção cerâmica, entre outras atividades. Conforme descrito com mais detalhe em outro artigo (Machado 2015) os temas selecionados para pesquisa em Arqueologia, foram: a análise de uma coleção lítica encontrada na terra indígena, uma etnoarqueologia sobre a produção cerâmica, o território tradicional Laklãnõ Xokleng, a alimentação tradicional e o uso da “cadeia operatória” de produção de uma bebida tradicional como instrumento pedagógico diferenciado na escola indígena. Não poderei analisar cada um dos trabalhos aqui, no entanto, em todos há pelo menos dois pontos em comum: uma reflexão entre as formas de produção do conhecimento arqueológico do ponto de vista dos “brancos” e dos indígenas e o uso de um suporte material (seja cerâmico, lítico, da paisagem, dos alimentos ou da madeira) para pensar sobre os significados sociais/culturais engendrados na sua produção, utilização e descarte.

Outra esfera em que a pesquisa colaborativa pôde atuar foi na formação de um grupo interdisciplinar de pesquisadores não-indígenas que atuavam na TI diretamente (Heineberg 2014, Cruz 2014, Conceição 2015), ou que pesquisaram sobre os Laklãnõ Xokleng (Wittman 2007). Tais diálogos levaram a colaborações em campo, a realização de oficinas conjuntas na terra indígena, além do redirecionamento de diversas questões das pesquisas, que, como um todo, se tornaram mais sensíveis à aspectos outrora não contemplados na pesquisa, como a antiguidade do manejo ambiental praticado na TI (Heineberg 2014, Cruz 2014), a nomeação das plantas (Heineberg 2014), a distinta noção de tempo entre os Laklãnõ (Conceição 2015, Wittman 2007), entre outros.

Além da esfera da universidade, ainda no que chamamos de universo letrado, a flexibilização desta pesquisa colaborativa permitiu um amplo diálogo com a escola indígena, através tanto de palestras, quanto e principalmente da discussão com os professores indígenas dos planos de aula. O maior interesse deles com relação à arqueologia era a possibilidade de utilizar atividades práticas de produção de objetos, por exemplo, para falar dos conteúdos já programados do currículo. Assim, por exemplo, as flechas e arcos, símbolos identitários fortes entre os Laklãnõ Xokleng até hoje, foram introduzidos em aula pelos professores, através de experimentos de fabricação, utilização e análise de performance. Durante estas atividades foram trabalhados conteúdos escolares como matemática (proporção entre as partes das flechas

e arco), desenho geométrico (simetrias e assimetrias de formas, curvaturas), biologia e geografia (quando se trabalhou as características das materiais primas, sua localização e disponibilidade sazonal). Tal abordagem assumiu proporções ainda maiores, quando associadas ao programa do MEC Ações Saberes Indígenas na Escola, que vem sendo realizada entre os Laklãnõ Xokleng através de uma parceria com a UFSC. Esta ação visa estimular a reflexão sobre formas diferenciadas de ensino em escolas indígenas, incentivando que esferas tradicionalmente indígenas de ensino-aprendizagem sejam incorporadas no curricular escolar, assim como a criação de materiais didáticos específicos. A presença de uma pesquisa colaborativa na Terra Indígena, incentivou a entrada de temas caros à arqueologia nos conteúdos em discussão dos professores, orientadores e mediadores das ações. Mais do que acrescentar uma disciplina escolar nos currículos nos moldes ocidentais, um enfoque na materialidade permite uma aproximação com as formas tradicionais indígenas de ensino-aprendizagem, baseadas em grande-parte na repetição de gestos, ações, enfim, entre a conexão entre o corpo e a matéria, seja ela entendida no sentido mais amplo, enquanto lugar, paisagem, seja engajada em uma produção específica de objeto, como a transformação da madeira em flecha, ou do barro em pote, e assim por diante.

Passo agora para o universo não-letrado. Quando incluímos a participação de indígenas em atividades de pesquisa como a prospecção de sítios arqueológicos, a escavação, ou ainda como interlocutores de informação oral, estamos lidando com conhecimentos não necessariamente relacionados à produção de um conhecimento escrito. No entanto, para alguns coletivos Laklãnõ Xokleng, especificamente as mulheres artesãs e os chamados sábios, tais atividades não pareciam suficientes para que eles se sentissem valorizados e representados no âmbito do projeto de pesquisa. Dentre algumas atividades propostas por eles como possibilidades não contempladas no projeto inicial, estava um ensaio fotográfico sobre a produção de seu artesanato e a produção de um vídeo sobre a história de seu povo. Em comum, estas soluções compartilham o uso de suportes visuais cujos códigos eles reconhecem, compreendem e valorizam, além de serem importantes meios de comunicação tanto para o resto da comunidade indígena, como fora dela.

Com apoio da FUNAI, do Museu do Índio, da produtora de audiovisual naOca, da FAPESP, USP e LEIA/UFSC, foi possível transformar esta proposta em uma oficina de audiovisual, na qual 15 indígenas puderam aprender as técnicas de filmagem, edição

e finalização de vídeos, além de refletirem conjuntamente sobre os exercícios de olhar, criar roteiros e narrativas. Mas o que isto tem haver com arqueologia? Muita coisa. Primeiro, nos mostra que a produção arqueológica não precisa ser restrita a relatórios e artigos escritos quase que exclusivamente para pesquisadores, acadêmicos e arqueólogos. Nos mostra que não precisamos sempre entender “educação patrimonial” e “produção do conhecimento arqueológico” como necessariamente desvinculados, pois quando compartilhamos com outros o processo de produção do conhecimento sobre o passado, nós também podemos aprender muito sobre arqueologia. Pois, quando os indígenas oficinairos e oficinairos assumiram o controle tanto das ferramentas de pesquisa (nesse caso as câmeras e microfones) partiram para pensar um roteiro de entrevistas e lugares para filmagem focado nas narrativas históricas sobre o seu povo. As entrevistas feitas por eles com os mais velhos na língua nativa se juntaram com seus próprios comentários e pontos de vista sobre o que eles próprios sentiam, conheciam e pensavam sobre o seu passado. O resultado foi um riquíssimo conjunto, complexo e heterogêneo de dados históricos, formas de narrativa, noções de historicidade, relações de apropriação e negação com sua identidade e passado, que uma abordagem objetificante e homogeneizadora, como tendem ser as pesquisas científicas que tem que ser costurados em um texto coeso e em geral linear de explanação. Além das histórias, pessoas e relações, os oficinairos-oficinairos foram a lugares históricos, alguns já conhecidos (como os locais de primeiro contato com o brancos) e outros não documentados, como lugares significativos e persistentes, que podem nos trazer preciosas informações sobre quais são os aspectos valorizados, buscados e transformados para serem re-ocupados por esta população, por exemplo. O vídeo lançado em janeiro de 2015 cujo nome é “Û TÕ DÉN TXI KABEL, aqueles que contam histórias” (acesso aberto no youtube), assim como as horas de gravação geradas no processo de sua produção (disponíveis no acervo da FUNAI/SC) são ricas fontes de conhecimento sobre o passado Laklãnõ Xokleng. A escolha por uma linguagem acessível à todos da comunidade, como o audiovisual, a possibilidade de criar uma oficina que desse autonomia para os indígenas na produção deste e possivelmente de novos vídeos, foi assim um resultado inesperado da pesquisa arqueológica colaborativa que tem tido efeitos tanto para a comunidade (no âmbito das famílias e da escola), numa melhoria da relação desta com os não-indígenas, já que vem sendo usado em museus das cidades do entorno e possivelmente será incorporada em escolas públicas das cidades vizinhas na quais as relações com a TI ainda são bastante problemáticas, como

veículo de diálogo nas universidades, já que vem participando de mostras de vídeos etnográficos em circuitos acadêmicos, além de fonte de dados para pesquisas acadêmicas, como é o caso desta pesquisa (Machado 2015) e outras (Conceição 2015 e Ações Indígenas na Escola – MEC/UFSC).

Finalmente, outros suportes com os quais esta pesquisa trabalhou foram as formas de comunicação social mais amplas usadas pelos coletivos Laklãnõ Xokleng, como portais de facebook, panfletos, cartazes, festas, discursos políticos, eleição de lideranças, articulação de núcleos com pesquisadores externos. Tais suportes chamaram atenção e entraram nesta pesquisa pois, em sua maioria, esta documentação explicitava as articulações coletivas, usos e construções de discursos sobre a memória e identidade Laklãnõ Xokleng pautadas na relação deles com o seu passado. Não cabe aqui discutir o resultado desta abordagem (para análise mais detalhada ver Machado 2015 e Machado no prelo), no entanto, cabe chamar atenção que são múltiplas as ações e esferas nas quais esta busca contemporânea do passado pelos Laklãnõ (Xokleng) tem se manifestado e a abordagem colaborativa da pesquisa arqueológica permitiu uma ampla reflexão sobre como esta arqueologia do presente pode permear-se por novos nexos e assim engajar neste processo.

Ao desmaterializar a arqueologia e buscar compreender as percepções de tempo e construções de memória indígena damos um passo para trás não nos sentido de retroceder, mas de permitir que outras formas de contar histórias possam passar. Já nos lembrava Appiah (2006), apud Meskell (2009:4) sobre o que chamou de arqueologia cosmopolita, “ a cosmopolitan archaeology will not always be preservationist in ethos, nor would it attempt to congeal people within some preserved ancient authenticity”.

Agradecimentos

Agradeço ao povo Laklãnõ Xokleng pela aceitação e colaboração, à Licenciatura Indígena da UFSC, sua coordenação, professores e alunos que constantemente provocam minha reflexão sobre os saberes. À FAPESP e ao MAE, pelo financiamento da pesquisa e apoio institucional.

Referências bibliográficas

- ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (orgs.) 2002 *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP; imprensa Oficial do Estado.
- CONCEIÇÃO, Lays Cruz 2015 Vivências de escritas entre os Laklano/Xokleng. *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.
- CRUZ, Takumã Machado Scarponi. 2014. Etnoecologia de paisagens na terra indígena Ibirama Laklãnõ, Santa Catarina, Brasil. *Dissertação Mestrado*, Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- FAUSTO, C. E M. HECKENBERGER. 2011 Introduction: Indigenous History and the History of the “Indians”. In: C. Fausto & M. Heckenberger, *When Time Matters: History, Memory, and Identity in Indigenous Amazonia*. University Presses of Florida.
- FERGUSON, TJ e COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip. 2006 *History is in the land*. The University of Arizona Press.
- GAKRAN, Nanblá. 2005 Estudo da Morfossintaxe da Língua Laklãnõ/Xokleng Jê. *Dissertação de Mestrado*. UNICAMP.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2009 Vernacular Cosmopolitanism. An Archaeological critique of universalistic reason. In MESKELL, LYNN (Ed.) *Cosmopolitan Archaeologies*. Duke University
- GOW, PETER 2001. An Amazonian Mith and Its History. Oxford Studies in Social and Cultural Anthropology. Oxford: Oxford University Press.
- HECKENBERGER, Michael. 2008 Entering the Agora: archaeology, conservation, and indigenous peoples in the Amazon. In Chip Colwell-Chanthaphonh and T.J. Ferguson. *Collaboration in archaeological practice. Engaging descendant communities*. Altamira Press, p.243-272.
- HEINEBERG, Marian Ruth. 2014 Conhecimento e Uso das Plantas pelos Xokleng na TI Ibirama Laklãnõ, Santa Catarina. *Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Biologia de Fungos, Algas e Plantas. Florianópolis, Santa Catarina, Outubro.
- MACHADO, Juliana Salles *no prelo*. *Û TÕ DÉN TXI KABEL. aqueles que contam histórias. memória e território Laklãnõ Xokleng*. Relatório FINAL PosDoutorado FAPESP, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. 2015 *Û TÕ DÉN TXI KABEL. aqueles que contam histórias.memória e território Laklãnõ (Xokleng)*. Relatório PARCIAL PosDoutorado FAPESP, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- MESKELL, L. (Ed.) 2009 *Cosmopolitan Archaeologies*. Duke University Press.
- NANDY, Ashis. 2012 [2003]. *The romance of the State and the fate of dissent in the tropics*. New Delhi: Oxford University Press.
- Otávio Velho. 2013 PAPO DE APOSENTADO. MANA 19(2): 371-384.
- SAHLINS, M. 1990 [1987] *Ilhas de história*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- SAHLINS, Marshall. 1986 *Historical metaphors and mythical realities*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- SANTOS-GRANERO, Fernando. 2007 Time is Disease. Suffering and Oblivion. Yaneshia Historicity and the struggle against temporality. In Fausto and Heckenberger *Time and Memory in Indigenous Amazonia. Anthropological Perspectives*. University Press of Florida, p.47-73.
- SILVA, F.A. 2014. El pasado en el presente de los Asurini do Xingu: Narrativas arqueológicas y narrativas indígenas. In: RIVOLTA, M.C; MONTENEGRO, M; FERREIRA, L. M.; NASTRI, J.. (Org.). *Multivocalidad y Activaciones Patrimoniales en Arqueología: Perspectivas desde Sudamérica*. 1ed.Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro de la Prov. de Buenos Aires/Fundación de História Natural, v. , p. 35-59. 2011 O Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas: Algumas considerações sobre o tema no Brasil. In: Lúcio Menezes Ferreira; Maria Letícia M. Ferreira; Mônica B. Rotman. (Org.). *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina: estudos de caso*. 1ed.São Paulo: Annablume, v. , p. 193-219. 2009. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kaiabi: reflexões sobre arqueologia comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 19: 205-219. 2011 Patrimônio Arqueológico em terras indígenas: considerações sobre o tema no Brasil. In FERREIRA, L. M.; FERREIRA, M. L. M.; ROTMAN, M. B. (Orgs.) *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina. Estudos de caso*. AnnaBlume: CAPES, São Paulo, pp189-214.
- VILAÇA, Aparecida. 2006 *Quem somos nós. Os Wari'esncontram os brancos*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- WITTMANN, Luisa Tombini. 2007 O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- ZEDEÑO, M. N.2008 The Archaeology of Territory and Territoriality. In David, B. and Thomas, J. *Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, pp. 210-217.
- ZEDEÑO, MARIA NIEVES; BOWSER, BRENDA (Eds.) 2009. *The archaeology of meaningful places*. University of Utah Press.